



imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

BALANÇO DE 2018

IMPrensa Oficial do Estado S.A. – IMESP
CNPJ 48.066.047/0001-84

MENSAGEM DA DIRETORIA

Sempre pautada pelos princípios de transparência, austeridade e autossustentabilidade, a Imprensa Oficial do Estado S/A – IMESP enfrentou os desafios de 2018 participando das diretrizes públicas do Governo do Estado de São Paulo, em especial o programa de integridade das empresas controladas pelo Estado, estabelecendo mecanismos de conformidade, gestão de riscos e de controle interno na empresa, com a implementação de seu Código de Conduta e Integridade e do Canal de Denúncias entre outros. Também foram adotadas medidas significativas com o objetivo de manter o compromisso de equilíbrio de suas contas, sempre com a preocupação de preservar o desempenho e a qualidade dos seus serviços e produtos.

Diante do cenário desfavorável, em razão da incipiente retomada do crescimento econômico do país no curso de 2018, a Imprensa Oficial do Estado S/A – IMESP adotou um conjunto de ações efetivas que contribuiu para o êxito de sua trajetória em 2018, merecendo destaque: a utilização do sistema de pregões eletrônico que resultou numa economia de 38% dos preços de serviços e produtos licitados, com base no valor de referência; o controle de consumo de energia, de água e de telefonia; o maior rigor no controle de perdas de chapas e papéis utilizados no processo produtivo do parque gráfico; o controle das metas de redução de ajustes de máquinas de impressão e acabamento; o acompanhamento diário do apontamento e o andamento dos trabalhos nos processos produtivos em tempo real. Essas medidas tiveram um impacto positivo na redução dos custos internos da empresa.

Apesar do cenário desfavorável a IMESP atingiu em 2018 um faturamento total de aproximadamente R\$ 337 milhões, compreendendo as seguintes famílias de produtos e serviços: Gráfica, Diário Oficial, Editora e Produtos de Tecnologia.

GRÁFICA | A realização do Projeto da Secretaria Estadual da Educação no ano resultou na produção de 67,2 milhões de livros didáticos para o “Programa Ler e Escrever”, “Projeto Educação Matemática nos Anos Iniciais – EMAI”, “Educação de Jovens Adultos – EJA e CEEJA”, e o “Programa São Paulo Faz Escola”, destinados aos professores e alunos do Ensino Fundamental e Ensino Médio do Estado de São Paulo. Esses livros foram distribuídos para cerca de 5,3 mil pontos, envolvendo os alunos das escolas estaduais, das escolas municipais (dos municípios que aderiram ao programa do Estado), diretorias de ensino, centros educacionais e pontos prisionais. Foram produzidas aproximadamente 9,1 mil toneladas de materiais.

Vale destacar que todo esse material foi produzido nos prazos acordados e com excelente padrão de qualidade. Ressaltamos que a ferramenta IO TRANS, desenvolvida internamente pela IMESP, possibilitou mais uma vez o controle e a comprovação das entregas digitalmente, permitindo maior nível de satisfação da Secretaria Estadual de Educação e do Governo do Estado de São Paulo.

DIÁRIO OFICIAL | A empresa também alcançou números expressivos com relação ao Diário Oficial do Estado – DOE, um dos seus principais produtos, o qual há 126 anos é produzido e disponibilizado a sociedade como uma importante ferramenta de transparência, publicidade, perenidade de acesso às leis, atos normativos e administrativos e

resoluções legais de todas as esferas do Governo do Estado de São Paulo, bem como as informações obrigatórias de entes privados. Todo esse acervo pode ser consultado no site da IMESP. O Diário Oficial Eletrônico teve média de 392 mil pesquisas diárias, as quais geraram transmissão de aproximadamente 189 mil páginas certificadas digitalmente.

Vale destacar ainda que em 2018 mantivemos, mais uma vez, a decisão de não aplicar reajuste ao preço da publicação no Caderno Empresarial do Diário Oficial, refletindo-se em uma desoneração de aproximadamente 9,43% ao se considerar os índices inflacionários do período do biênio 2016 – 2017.

EDITORA | Com relação ao nosso segmento editorial foram produzidos 11 novos títulos entre edições e coedições. Entre as edições destaque para a obra 1988-2018 – 30 anos da Constituição Federal do Brasil, organizada pelos professores doutores Belisário dos Santos Junior e Rafael Valim, a obra tem também a colaboração de autores especializados que discorrem sobre os artigos da Constituição.

Em 2018 realizamos a venda de 8 mil exemplares de livros na nossa livraria da Rua XV de Novembro, na Livraria Virtual e Livrarias de Terceiros.

PRODUTOS DE TECNOLOGIA | No início de 2018 o Portal de vendas online (e-Commerce) de certificação digital estava completamente disponibilizado na internet. A Autoridade Certificadora Imprensa oficial emitiu, em 2018, mais de 138 mil certificados digitais (e-CPF e e-CNPJ), provenientes de suas Autoridades de Registro Vinculadas e Próprias.

Também foram emitidos cerca de 155 mil certificados digitais para equipamentos Emissores de Cupons Fiscais (ECF-e) do Projeto AC/SEFAZ – SAT (serviço de autorização e transmissão do cupom fiscal eletrônico).

Os sistemas de busca em nosso site foram aprimorados para garantir ao cidadão informações rápidas e precisas sobre licitações e contratos públicos, concursos, balanços de empresas, novas leis e decretos. Ao todo, foram realizadas 25,9 milhões de visitas ao site da Imprensa Oficial.

Apenas em 2018 o Jucep on-line, que disponibiliza o acesso ao banco de dados da Junta Comercial de forma eletrônica, recebeu mais de 46,6 milhões de pesquisas e emitiu 10,2 milhões de Fichas Cadastrais.

O Projeto de Digitalização resultou na digitalização de 7,4 milhões de páginas de documentos em 2018, com destaque para a digitalização do acervo da SPPREV, perto de 6 milhões de documentos.

PROJETO SOCIAL | Além de suas atividades operacionais, em 2018 a IMESP implementou o Projeto Social “1º Dia do Voluntariado”, realizado no início de dezembro por 120 voluntários – funcionários e familiares – que dedicaram o dia para colaborar na revitalização de uma instituição de Longa Permanência de Idosos que atende 30 idosos, na Mooca, que é o bairro onde fica a sede da empresa, integrando, dessa forma, a comunidade e os funcionários.

O contexto desafiador de 2018 e o compromisso contínuo na busca de equilíbrio permitiu um desempenho consistente de nossas operações e resultados. O Balanço Patrimonial da IMESP comprova esses resultados.

A DIRETORIA

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

| Secretaria de Governo

| Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais) | | | | | | | |
|---|------|----------------|----------------|--|-----|-------------------|----------------|
| Ativo | Nota | 31/12/2018 | | 31/12/2017 | | Passivo | |
| | | | | | | | |
| Circulante | | | | | | Circulante | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 243.419 | 246.823 | Fornecedores | 11 | 5.927 | 7.274 |
| Clientes | 5 | 18.114 | 13.114 | Impostos e contribuições | | 6.204 | 5.224 |
| Estoques | 7 | 24.322 | 42.123 | Adiantamento de clientes | | 280 | 7 |
| Impostos a recuperar | 8 | 4.128 | 4.028 | Contas a pagar | 11 | 9.217 | 18.657 |
| Outros créditos | | 2.074 | 3.451 | Provisão para férias | | 11.550 | 10.577 |
| Despesas antecipadas | | 234 | 137 | Provisão para licença-prêmio | | 33 | 137 |
| | | | | Provisão para imposto de renda | | 6.556 | 11.293 |
| | | | | Provisão para contribuição social | | 110 | 878 |
| Total circulante | | 292.291 | 309.676 | Total circulante | | 39.877 | 54.047 |
| Não circulante | | | | Não circulante | | | |
| Impostos diferidos | 3.7 | 4.706 | 5.461 | Provisão para contingências | 3.4 | 10.152 | 12.074 |
| Depósitos judiciais e cauções | | 1.585 | 1.591 | | | | |
| Créditos diversos | | 1.198 | 1.198 | | | | |
| | | 7.489 | 8.250 | Total do passivo não circulante | | 10.152 | 12.074 |
| | | | | Patrimônio líquido | | | |
| Investimentos | | 412 | 492 | Capital social | 12 | 160.352 | 160.352 |
| Imobilizado | 9 | 43.725 | 50.303 | Reserva legal | 12 | 11.603 | 8.541 |
| Intangível | 10 | 2.561 | 2.033 | Reserva de lucros | 12 | 124.494 | 135.740 |
| Total não circulante | | 54.187 | 61.078 | Total patrimônio líquido | | 296.449 | 304.633 |
| Total do ativo | | 346.478 | 370.754 | Total do passivo | | 346.478 | 370.754 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração de Fluxos de Caixa – DFC dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

| Fluxos de caixa originados de: | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|-----------------|-----------------|
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | |
| Lucro líquido antes do IRPJ e CSLL | 65.127 | 82.941 |
| Ajustes patrimoniais: | | |
| Depreciação | 12.149 | 11.401 |
| Resultado na venda de Ativos Permanentes | (41) | (260) |
| Reversão dos juros s/ capital próprio | 18.062 | 19.084 |
| Aumento/redução em contas a receber | (5.000) | 318 |
| Aumento/redução de estoque | 17.801 | (11.511) |
| Aumento/redução em impostos a recuperar | (100) | (41) |
| Aumento/redução em outros créditos | 1.377 | (458) |
| Aumento/redução em despesas pagas antecipadamente | (97) | (3) |
| Aumento/redução do realizável a longo prazo | 761 | (261) |
| Aumento/redução em fornecedores | (1.347) | 5.813 |
| Aumento/redução de impostos e contribuições | 980 | (266) |
| Aumento/redução de adiantamento de clientes | 273 | (2.624) |
| Aumento/redução em contas a pagar e provisões | (10.493) | (209) |
| Pagamento de imposto de renda e contribuição social | (27.447) | (38.737) |
| Caixa líquido proveniente das atividades operacionais | 72.005 | 65.187 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento | | |
| Compra de imobilizado | (6.988) | (8.707) |
| Recebimento por vendas de Ativos Permanentes | 41 | 260 |
| Baixa do imobilizado | 889 | 322 |
| Aumento/redução de aquisição de Investimentos/Provisão | 80 | (50) |
| Compras – ações em Tesouraria | (2) | 0 |
| Caixa líquido usado nas atividades de investimentos | (5.980) | (8.175) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | | |
| Pagamento de dividendos/lucros aos acionistas | (69.429) | (77.695) |
| Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos | (69.429) | (77.695) |
| Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes | (3.404) | (20.683) |
| Caixa e equivalente ao caixa no início do exercício | 246.823 | 267.506 |
| Caixa e equivalente ao caixa no fim do exercício | 243.419 | 246.823 |
| | (3.404) | (20.683) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

| | Capital Social | Reserva Legal | Reserva de Lucros | Total |
|--|----------------|---------------|-------------------|----------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2016 | 139.770 | 25.415 | 142.984 | 308.169 |
| Aumento de Capital Social | 20.582 | (20.582) | - | - |
| Lucro líquido do exercício | - | - | 74.159 | 74.159 |
| Destinação do lucro: | | | | |
| Reserva Legal | - | 3.708 | (3.708) | - |
| Juros sobre o capital próprio no exercício | - | - | (19.084) | (19.084) |
| Dividendos pagos ref. exercício de 2016 | - | - | (58.611) | (58.611) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | 160.352 | 8.541 | 135.740 | 304.633 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | 61.247 | 61.247 |
| Destinação do lucro: | | | | |
| Reserva Legal | - | 3.062 | (3.062) | - |
| Juros sobre o capital próprio no exercício | - | - | (18.062) | (18.062) |
| Dividendos pagos ref. exercício de 2017 | - | - | (51.367) | (51.367) |
| Ações em tesouraria | - | - | (2) | (2) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 160.352 | 11.603 | 124.494 | 296.449 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação do capital social integralizado – em Reais)

| | Nota | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|----------------|----------------|----------------|
| RECEITA BRUTA | | | |
| De produtos vendidos e dos serviços prestados | 13 | 337.217 | 351.138 |
| Impostos e deduções sobre vendas | 13 | (25.551) | (27.018) |
| Receita líquida | 13 | 311.666 | 324.120 |
| Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados | 14 | (150.586) | (160.244) |
| Lucro bruto | 161.080 | 163.876 | |
| Receitas (despesas) operacionais | | | |
| Honorários da Diretoria, dos Conselhos de Administração/ Fiscal /Editorial e Comitê de Auditoria | 17 | (2.209) | (2.055) |
| Gerais e administrativas | | (92.429) | (84.292) |
| Outras despesas operacionais | | 1.525 | (1.239) |
| Outros Resultados – líquido | | (1.006) | (261) |
| Lucro operacional antes do resultado financeiro | 66.961 | 76.029 | |
| Resultado financeiro – líquido | | (1.834) | 6.912 |
| Lucro antes do imposto de renda, da contribuição social e da reversão dos juros sobre o capital próprio | 65.127 | 82.941 | |
| Imposto de renda | 15 | (15.960) | (20.285) |
| Contribuição social | 15 | (5.982) | (7.581) |
| Lucro antes da reversão dos juros sobre o capital próprio | 16 | 43.185 | 55.075 |
| Reversão dos juros sobre o capital próprio | | 18.062 | 19.084 |
| Lucro líquido do exercício | 61.247 | 74.159 | |
| Lucro líquido por ação do capital social integralizado – R\$ | 0,293 | 0,355 | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|---------------|---------------|
| Lucro líquido do exercício | 61.247 | 74.159 |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| Total de outros resultados abrangentes do exercício | 61.247 | 74.159 |

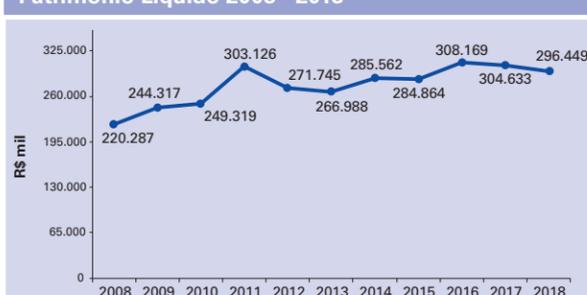
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Valor Adicionado – DVA dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

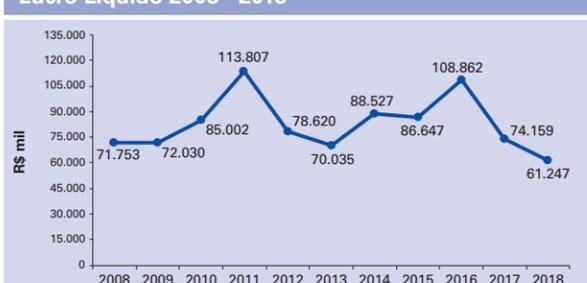
| Demonstração do valor adicionado | 2018 | % | 2017 | % |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 1 - Receitas | 341.344 | | 357.679 | |
| 1.1 Vendas de mercadorias, produtos e serviços | 342.350 | | 357.940 | |
| 1.2 Não operacionais (ganhos e perdas de capital) | (1.006) | | (261) | |
| 2 - Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI) | 104.842 | | 118.390 | |
| 2.1 Matérias-primas consumidas | 25.703 | | 35.439 | |
| 2.2 Custo das mercadorias e serviços vendidos | 51.875 | | 52.337 | |
| 2.3 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | 27.264 | | 30.614 | |
| 3 - Valor adicionado bruto (1-2) | 236.502 | | 239.289 | |
| 4 - Retenções | 11.991 | | 11.263 | |
| 4.1 Depreciação e amortização ativo permanente | 12.149 | | 11.401 | |
| 4.2 Amortização e exaustão | 55 | | 86 | |
| 4.3 Crédito PIS/Cofins sobre depreciação | (213) | | (224) | |
| 5 - Valor adicionado líquido produzido pela empresa (3-4) | 224.511 | | 228.026 | |
| 6 - Valor adicionado recebido em transferência | 17.710 | | 27.609 | |
| 6.1 Receitas financeiras | 17.710 | | 27.609 | |
| 7 - Valor adicionado a distribuir (5+6) | 242.221 | | 255.635 | |
| 8 - Distribuição do valor adicionado | 242.221 | 100,00% | 255.635 | 100,00% |
| 8.1 Pessoal (excluindo INSS) colaboradores | 125.976 | 52,01% | 118.685 | 46,43% |
| 8.2 Impostos, taxas e contribuições (incluindo INSS) governo | 52.441 | 21,65% | 60.125 | 23,52% |
| 8.3 Juros e aluguéis terceiros | 2.557 | 1,06% | 2.666 | 1,04% |
| 8.4 Juros sobre capital próprio e dividendos acionistas | 18.062 | 7,46% | 19.084 | 7,47% |
| 8.5 Lucros retidos/prejuízo do exercício retido | 43.185 | 17,83% | 55.075 | 21,54% |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

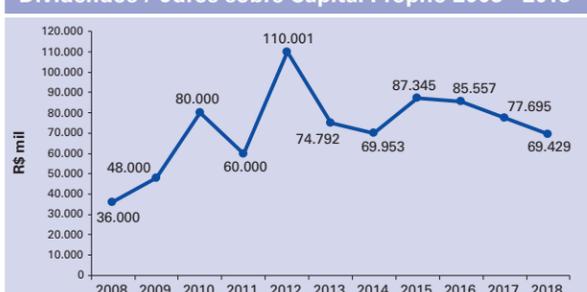
Patrimônio Líquido 2008 - 2018



Lucro Líquido 2008 - 2018



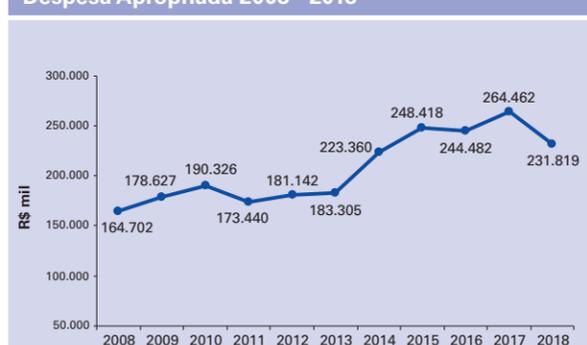
Dividendos / Juros sobre Capital Próprio 2008 - 2018



Receita Líquida 2008 - 2018



Despesa Apropriada 2008 - 2018



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Imprensa Oficial do Estado S.A – IMESP é sociedade por ações, de capital fechado, tem seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 35300054636 e a sede da Companhia fica na Rua da Mooca, 1.921, Bairro da Mooca, São Paulo, Brasil.

Constitui objeto da empresa: I. editar, imprimir, distribuir e publicar, por qualquer meio – físico e/ou eletrônico - os Diários Oficiais e neles veicular as publicações determinadas por lei, de natureza pública e privada, inclusive as matérias de interesse de particulares de publicação obrigatória nos jornais oficiais;

II. manter sob sua permanente guarda e conservação as publicações veiculadas nos Diários Oficiais, pelos meios físicos e/ou tecnológicos mais apropriados, assegurando o acesso a qualquer interessado;

III. prestar serviços de autenticidade, certificação digital e mecânica, a pedido de qualquer interessado, de todos os atos e documentos públicos e privados, objeto de suas publicações;

IV. promover e atualizar permanentemente serviços eletrônicos das publicações dos atos e documentos públicos e privados, assegurando o acesso a qualquer interessado, mediante os meios tecnológicos disponíveis;

V. prestar serviços de infraestrutura de chaves públicas, desempenhando o papel de Autoridade Certificadora e de Registro do Governo do Estado, podendo credenciar outros órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e dos Municípios e demais instituições de interesse público, como Autoridades Certificadoras e/ou Autoridades de Registro, prestando, inclusive, serviços de consultoria técnica aos credenciados, de treinamentos e de soluções eletrônicas com uso da certificação digital;

VI. prestar serviços de emissão de certificados digitais e de autenticidade com identificação biométrica a qualquer interessado;

VII. prestar serviços de gerenciamento eletrônico de documentos para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e dos Municípios e demais instituições de interesse público, com a utilização de autenticidade e certificação digital e com a possibilidade de arquivamento físico e/ou eletrônico dos documentos;

VIII. prestar serviços e disponibilizar soluções com a infraestrutura necessária, mediante assinatura e autenticação com certificação digital e/ou identificação biométrica, para atender as necessidades de governo eletrônico, anuindo perenidade e segurança em processos eletrônicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e dos Municípios, e demais instituições de interesse público;

IX. editar e/ou coeditar publicações de interesse público e de difusão cultural, tais como livros, revistas, catálogos, coleções, dentre outros;

X. prestar serviços gráficos e/ou editoriais, utilizando-se de quaisquer meios físicos e/ou tecnológicos, para publicações de interesse público, tais como livros, revistas, catálogos, coleções, dentre outros, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e dos Municípios, e demais instituições de interesse público;

XI. a distribuição, diretamente ou por intermédio de terceiros, dos seus produtos e serviços;

XII. a prestação de serviços de comunicação, diretamente ou por intermédio de terceiros, aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e dos Municípios, e demais instituições de interesse público; e

XIII. a capacitação e o aperfeiçoamento profissional de seus empregados.

Parágrafo primeiro - A publicação dos atos oficiais do Estado, na hipótese do inciso I, será gratuita.

Parágrafo segundo - A Imprensa Oficial, na execução dos serviços objeto deste Estatuto, visará à preservação do meio ambiente.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas contábeis estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC em consonância com a legislação societária e os Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são mensuradas e estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia. Todas as informações apresentadas em Real foram arredondadas para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade para elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

3.1 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a posse foi passada nesse prazo de tal forma que todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- a Companhia transferiu para o comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia;
- os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade;
- Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida.

Receita de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.2 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalentes de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo e direito contratual.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro e caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativo financeiro a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um significativo risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente qualifica-se como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de aquisição.

Contas a receber – ativo financeiro

As contas a receber – ativos financeiros incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de publicações, da receita financeira e dos serviços de operação, classificados como “recebíveis” e registrado a valor justo.

Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data do balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*), sendo que, neste exercício não houve necessidade de ajuste, pois não apresentou indícios de que os ativos tenham perdido representatividade econômica, considerada relevante. Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado de caixa futuro.

3.3 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

3.4 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido com uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação da data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

Provisões para litígios

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A provisão contábil para contingência é atualizada trimestralmente, a qual busca refletir a melhor estimativa corrente nas demonstrações contábeis, sendo constituídas para contingências as ações classificadas como prováveis:

| Contingência R\$ mil | Remota | Possível | Provável | Contingência Total |
|----------------------|--------|----------|----------|--------------------|
| Trabalhista | 3.348 | 1.391 | 9.123 | 13.862 |
| Cível | 13.238 | 7.687 | 993 | 21.918 |
| Tributária | - | - | 36 | 36 |

Demonstração da movimentação

| | R\$ mil | |
|---------------------------------|---------------|---------------|
| | 2018 | 2017 |
| Saldo inicial | 12.074 | 11.399 |
| Adições | 2.085 | 6.023 |
| Baixas | (4.007) | (5.348) |
| Saldo final no exercício | 10.152 | 12.074 |

3.5 Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Fornecedores: incluem obrigações com fornecedores de materiais e serviços, adquiridos no curso normal dos negócios.
- Dividendos: São reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

3.6 Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.7 Tributação**Impostos sobre a receita:**

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PASEP) – 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% e 7,6%;
- INSS (Desoneração da Folha de Pagamento) – 1,5%;

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional federal de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$240.000 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

Diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas vigentes sobre o lucro ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos com base nas alíquotas conhecidas, sobre as adições e exclusões tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros.

| | R\$ mil | |
|------------------------------|--------------|--------------|
| | 2018 | 2017 |
| Imposto de Renda Diferido | 3.565 | 4.137 |
| Contribuição Social Diferida | 1.141 | 1.324 |
| Total | 4.706 | 5.461 |

3.8 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis a Companhia não possuía ajustes a valor presente de montantes significativos.

3.9 Imobilizado

Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

Os terrenos não sofrem depreciação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada, da mesma forma que os ativos próprios, ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

3.10 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

3.11 Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, conforme política descrita na nota explicativa nº 11.

A Lei nº 9.249/95, complementada por disposições legais contidas na Lei 9.430/96, facultou a dedutibilidade fiscal do registro contábil de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP vigente no período. Esses juros são computados tendo por base o patrimônio líquido, sendo que, para efeito de dedutibilidade fiscal, devem ser pagos ou creditados aos acionistas, estando limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% das reservas de lucros retidos relativos a exercícios anteriores.

3.12 Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | R\$ mil | |
|------------------------|----------------|----------------|
| | 2018 | 2017 |
| Caixa | 17 | 20 |
| Bancos | 49 | 30 |
| Aplicações financeiras | 243.353 | 246.773 |
| Total | 243.419 | 246.823 |

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. São representadas por fundos de investimentos financeiros no montante de R\$243 milhões (R\$247 milhões em 31 de dezembro de 2017).

A qualidade do crédito dos ativos financeiros relativa às contas a receber de clientes circulante, é avaliada por metodologia de classificação dos clientes que considera o tempo de cadastro do cliente, e seu histórico de pagamentos, resultando na classificação dos ativos financeiros. Os depósitos em bancos e aplicações financeiras estão classificados como baixo risco para curto prazo.

5 – CLIENTES

| | R\$ mil | |
|--|---------------|---------------|
| | 2018 | 2017 |
| Secretarias do Estado de São Paulo | 6.702 | 1.193 |
| Agências, jornais e anunciantes | 5.416 | 5.221 |
| Prefeituras | 4.084 | 4.529 |
| Empresas públicas | 989 | 1.116 |
| Entidades de classe e terceiro setor | 545 | 214 |
| Fundações, autarquias, institutos e agências reguladoras | 333 | 410 |
| Universidades | 111 | 80 |
| Poder Legislativo e Ministério Público | 105 | 176 |
| Livrarias | 47 | 79 |
| Outros clientes | 337 | 519 |
| Subtotal | 18.669 | 13.537 |
| (-) Ordens de pagamentos bancárias a identificar | (555) | (423) |
| Total | 18.114 | 13.114 |

O prazo médio de recebimento de créditos é inferior a 90 dias.

Referem-se a valores a receber de clientes e quando julgado necessário serão reduzidas, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. A provisão para *impairment* de contas a receber é constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

A Companhia possui uma Política de Crédito que tem por objetivo estabelecer procedimentos na concessão de crédito em operações comerciais, compatível com o nível de qualidade, agilidade e segurança exigidos. A determinação do limite ocorre por meio da análise de crédito, considerando: informações cadastrais; informações econômico-financeiras; histórico de compras e pagamentos (status histórico e status instantâneo); informações restritivas no mercado; consulta ao sistema de informações; garantias apresentadas e visita de crédito (conforme relevância da operação).

6 – SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, e empresas/entidades a ele relacionadas, conforme item “8 – Prestação e Divulgação de Informações” de sua Política de Transações com Partes Relacionadas, em conformidade com o inciso VII, artigo 8º, da Lei nº 13.303/2016.

a. Saldos a Receber

Os saldos a receber, decorrentes de transações com partes relacionadas, estão registrados na rubrica “Clientes”, no Ativo Circulante, detalhados no item 5 destas Notas Explicativas.

9 – IMOBILIZADO

| Taxa de Depreciação (%) | R\$ mil | | | | | | | 2018 |
|--|------------|----------------|----------------|------------|--------------|----------------|------|----------------|
| | 2017 | Adições | Transferência | | | | 2018 | |
| | | | Entrada | Saída | Baixa | Impairment | | |
| Terrenos | - | 2.884 | - | - | - | - | - | 2.884 |
| Edifícios | 4 | 24.121 | - | 174 | - | - | - | 24.295 |
| Máquinas, aparelhos e equipamentos | 4, 10 e 20 | 115.588 | 3.168 | - | - | (6.511) | - | 112.245 |
| Instalações | 10 e 20 | 37.440 | 138 | 135 | - | (173) | - | 37.540 |
| Móveis e utensílios | 10 e 20 | 9.330 | 60 | - | - | (347) | - | 9.043 |
| Veículos | 10 e 25 | 984 | - | 145 | (145) | (93) | - | 891 |
| Outros bens de uso | 10 | 650 | 4 | - | - | (16) | - | 638 |
| Bens desativados | - | 450 | - | - | - | (8) | - | 442 |
| Imobilizações em andamento/inoperantes | - | 2.052 | 1.042 | - | (309) | - | - | 2.785 |
| Subtotal | | 193.499 | 4.412 | 454 | (454) | (7.148) | - | 190.763 |
| Depreciação acumulada | | (143.196) | (10.865) | (145) | 145 | 7.023 | - | (147.038) |
| Total | | 50.303 | (6.453) | 309 | (309) | (125) | - | 43.725 |

Os testes de recuperação são realizados quando existirem indicadores de perdas, conforme descrito na nota explicativa nº 3.9. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018,

b. Cessão de pessoal

A Companhia possui funcionários cedidos a entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo, devidamente autorizados pelos órgãos competentes, registrados na rubrica “Outros Créditos”, no Ativo Circulante, sendo que os gastos são integralmente repassados e reembolsados monetariamente.

A composição do saldo a receber referente funcionários cedidos está demonstrada a seguir:

| | R\$ mil | |
|---|--------------|--------------|
| | 2018 | 2017 |
| Secretaria da Casa Civil | 846 | 1.097 |
| Secretaria de Governo | 64 | 115 |
| Secretaria de Desenvolvimento Econômico | 47 | 67 |
| Secretaria de Cultura | 40 | 96 |
| Secretaria de Energia e Mineração | 39 | 89 |
| Secretaria de Planejamento e Gestão | - | 268 |
| Total | 1.036 | 1.732 |

7 – ESTOQUES

| | R\$ mil | |
|---|---------------|---------------|
| | 2018 | 2017 |
| Produtos acabados | 4.522 | 5.113 |
| Produtos em elaboração | 8.184 | 25.645 |
| Matérias-primas | 9.364 | 4.078 |
| Estoques em poder de terceiros | 1.286 | 6.196 |
| Peças e materiais diversos | 1.721 | 1.970 |
| Subtotal | 25.077 | 43.002 |
| (-) Provisão para redução ao valor de mercado | (755) | (879) |
| Total | 24.322 | 42.123 |

Os estoques são avaliados pelo custo médio ponderado de aquisições ou produção e a metodologia de apuração do valor de mercado está em conformidade com o CPC 16.

O custo dos estoques reconhecidos como despesas e incluídos em “Custo dos produtos vendidos” totalizou R\$150.586 em 2018 (R\$160.244 em 31 de dezembro de 2017).

8 – IMPOSTOS A RECUPERAR

| | R\$ mil | |
|------------------|--------------|--------------|
| | 2018 | 2017 |
| IPI a recuperar | 3.083 | 3.017 |
| ICMS a recuperar | 736 | 733 |
| IPI a compensar | 278 | 278 |
| INSS - retenção | 31 | 0 |
| Total | 4.128 | 4.028 |

a Administração não identificou eventos que denotassem a existência de indicadores de perdas e não foi necessário constituir provisão para perda do valor recuperável.

10 – INTANGÍVEL

| Taxa de depreciação (%) | R\$ mil | | | | | | | 2018 |
|----------------------------------|---------|---------------|---------------|-------|-------|--------------|------|---------------|
| | 2017 | Adições | Transferência | | | | 2018 | |
| | | | Entrada | Saída | Baixa | Impairment | | |
| Software | 20 e 50 | 31.389 | 2.161 | - | - | - | - | 33.550 |
| Adiant.p/Implantação de software | - | 763 | 413 | - | - | (763) | - | 413 |
| Subtotal | | 32.152 | 2.574 | - | - | (763) | - | 33.963 |
| Amortização acumulada | | (30.119) | (1.283) | - | - | - | - | (31.402) |
| Total | | 2.033 | 1.291 | - | - | (763) | - | 2.561 |

11 – CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES

| | R\$ mil | |
|----------------|---------------|---------------|
| | 2018 | 2017 |
| Fornecedores | 5.927 | 7.274 |
| Contas a pagar | 9.217 | 18.657 |
| Total | 15.144 | 25.931 |

A Companhia coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados. Contudo, não reconheceu o ajuste a valor presente, uma vez que as operações são de curto prazo, e considera irrelevante o efeito de tais ajustes.

12 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social e direito das ações

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 e 2018 é de R\$160,3 milhões, estando representado por 208.718.358 (duzentos e oito milhões, setecentos e dezoito mil, trezentos e cinquenta e oito) ações ordinárias sem valor nominal.

Reserva legal

Está representada em montante equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de lucros

É representada por conta de apuração do lucro líquido do exercício e de lucros retidos de exercícios anteriores, conforme determina a legislação vigente. Esta será objeto de deliberação societária em Assembleia Geral Ordinária, quanto à destinação sobre o lucro auferido no exercício de 2018.

Remuneração aos acionistas

O Estatuto da Sociedade em seu artigo 45 estabelece direito ao pagamento de um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações.

Em ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 30 de novembro de 2018, foi aprovado a distribuição de R\$ 18,1 milhões a título de juros remuneratórios do capital próprio por conta do resultado apurado no período do exercício de 2018 e deverá ser submetida à ratificação dos Srs. Acionistas na Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas deste exercício de 2018. A administração proporá à Assembleia Geral dos Acionistas que os juros pagos sobre o capital próprio sejam imputados ao dividendo mínimo obrigatório. Para fins de atendimento às normas expedidas pela administração tributária federal, o montante dos juros sobre o capital próprio foi contabilizado como *Despesas Financeiras* e revertido, para fins de publicação, para reserva de lucros.

13 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

| | R\$ mil | |
|--------------------------------------|-----------------|-----------------|
| | 2018 | 2017 |
| RECEITA BRUTA TRIBUTÁVEL | 337.217 | 351.138 |
| DEDUÇÕES: | | |
| PASEP | 3.204 | 3.487 |
| COFINS | 14.773 | 16.075 |
| ICMS | 241 | 299 |
| IPI | 39 | 20 |
| ISS | 918 | 797 |
| INSS - DESONERAÇÃO | 4.844 | 5.028 |
| CANCELAMENTOS E DESCONTOS CONCEDIDOS | 1.312 | 1.312 |
| TOTAL DAS DEDUÇÕES | (25.551) | (27.018) |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | 311.666 | 324.120 |

14 – CUSTOS, DESPESAS E RECEITAS

São reconhecidos e contabilizados pelo regime de competência do exercício com base nos valores contratados.

| Comparativo do Custo/Despesas e Receita Líquida – (R\$ mil) | | | | | |
|---|--------------------|---------------|--------------------|---------------|---------------|
| | 2018 | | 2017 | | Var. % |
| | R\$ | % | R\$ | % | |
| Custo/Despesas | R\$ 267.936 | 100,0% | R\$ 270.494 | 100,0% | (0,9)% |
| Custo dos produtos vendidos | 150.586 | 56,2% | 160.244 | 59,2% | (6,0)% |
| Despesas com vendas e marketing | 7.271 | 2,7% | 5.603 | 2,1% | 29,8% |
| Despesas administrativas | 87.367 | 32,6% | 80.744 | 29,9% | 8,2% |
| Despesas Financeiras | 18.514 | 6,9% | 19.443 | 7,2% | (4,8)% |
| Outras despesas operacionais | 4.198 | 1,6% | 4.460 | 1,6% | (5,9)% |
| | 2018 | | 2017 | | Var. % |
| Receita Líquida | R\$ 311.666 | | R\$ 324.120 | | (3,8)% |

15 – CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitadas em resultado é demonstrada como segue:

| Composição da despesa de IRPJ e CSLL | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|-----------------|-----------------|
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social | 65.127 | 82.941 |
| Diferenças temporárias/permanentes líquidas | 1.712 | 1.162 |
| Imposto de renda e contribuição social | (23.654) | (29.028) |
| | (21.942) | (27.866) |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | (21.187) | (27.996) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (755) | 130 |
| | (21.942) | (27.866) |
| Alíquota efetiva sobre o lucro líquido | 33,69% | 33,60% |

16 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Administração, adotando os princípios apresentados pelo pronunciamento que trata das informações por Segmento, definiu os segmentos operacionais reportáveis da Companhia com base nos relatórios utilizados para tomada de decisões estratégicas, analisados pela Administração, a qual é responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho por segmento operacional e pela tomada de decisões estratégicas. Assim, estes foram segmentados em dois grandes grupos de produtos:

- Produtos jornalísticos;
- Produtos gráficos;

| | Em 31 de dezembro de 2018 | | | | |
|-----------------------------------|---------------------------|-------------------|----------------|------------------|----------------|
| | Produtos Jornalísticos | Produtos Gráficos | Outras | Corporação | Total |
| Receita líquida | 224.625 | 72.454 | 14.587 | - | 311.666 |
| (-) CPV | (19.632) | (115.088) | (15.866) | - | (150.586) |
| Lucro bruto | 204.993 | (42.634) | (1.279) | - | 161.080 |
| Despesas com vendas | (5.101) | (1.768) | (402) | - | (7.271) |
| Despesas Administrativas e outras | - | - | - | (86.848) | (86.848) |
| Resultado financeiro | - | - | - | (1.834) | (1.834) |
| Imposto sobre lucro | - | - | - | (21.942) | (21.942) |
| Lucro (prejuízo) líquido | 199.892 | (44.402) | (1.681) | (110.624) | 43.185 |

| | Em 31 de dezembro de 2017 | | | | |
|-----------------------------------|---------------------------|-------------------|----------------|------------------|----------------|
| | Produtos Jornalísticos | Produtos Gráficos | Outras | Corporação | Total |
| Receita líquida | 219.226 | 90.858 | 14.036 | - | 324.120 |
| (-) CPV | (25.003) | (119.585) | (15.656) | - | (160.244) |
| Lucro bruto | 194.223 | (28.727) | (1.620) | - | 163.876 |
| Despesas com vendas | (3.703) | (1.637) | (263) | - | (5.603) |
| Despesas Administrativas e outras | - | - | - | (82.244) | (82.244) |
| Resultado financeiro | - | - | - | 6.912 | 6.912 |
| Imposto sobre lucro | - | - | - | (27.866) | (27.866) |
| Lucro (prejuízo) líquido | 190.520 | (30.364) | (1.883) | (103.198) | 55.075 |

A Companhia optou por não apresentar o lucro, ativos e passivos separadamente para cada um dos segmentos operacionais em que atua, visto que os mesmos compartilham a estrutura de custos indiretos, despesas administrativas e de vendas.

17 – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros eleitos em Assembleia Geral Ordinária e os diretores estatutários. A remuneração dos administradores é composta por honorários fixos, participações nos resultados e benefícios. Os montantes incorridos estão integralmente registrados no resultado do exercício nos montantes abaixo detalhados:

| | Nº de Membros | R\$ mil | |
|---|---------------|--------------|--------------|
| | | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
| Honorários da Diretoria | 5 | 939 | 741 |
| Benefícios – bonificação | - | 447 | 556 |
| Subtotal Honorários da Diretoria | | 1.386 | 1.297 |
| Honorários – Conselho Fiscal | 4 | 194 | 198 |
| Honorários – Conselho de Administração | 5 | 453 | 482 |
| Honorários – Conselho Editorial | 6 | 51 | 78 |
| Honorários – Comitê Auditoria Estatutária | 4 | 125 | 0 |
| Subtotal Honorários do Conselho | | 823 | 758 |
| Total dos Honorários | | 2.209 | 2.055 |

18 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS**Classificação dos instrumentos financeiros por categoria**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a classificação dos ativos financeiros por categoria é a seguinte:

| | R\$ mil | | | |
|-----------------------|---------------|-------------------------------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2018 | | | 31/12/2017 |
| Ativos financeiros | Recebíveis | A valor justo por meio do resultado | Total | Total |
| Caixa e equivalentes | - | 243.419 | 243.419 | 246.823 |
| Impostos compensáveis | - | 4.128 | 4.128 | 4.028 |
| Despesas antecipadas | - | 234 | 234 | 137 |
| Ativo financeiro | 18.114 | - | 18.114 | 13.114 |
| Total | 18.114 | 247.781 | 265.895 | 264.102 |

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a classificação dos passivos financeiros por categoria é a seguinte:

| | R\$ mil | | |
|-------------------------------|---------------|---------------|---------------|
| | 31/12/2018 | | 31/12/2017 |
| Passivos financeiros | Total | Total | Total |
| Fornecedores e contas a pagar | 15.144 | 15.144 | 25.931 |
| Salários e encargos | 11.583 | 11.583 | 10.714 |
| Impostos e obrigações fiscais | 12.870 | 12.870 | 17.395 |
| Total | 39.597 | 39.597 | 54.040 |

Gestão de riscos

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

19 – COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado cobertura compatível com seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros e riscos diversos para os bens do imobilizado era de R\$ 116,5 milhões, conforme quadro abaixo:

| COBERTURAS - RAMOS/TIPOS | IMPORTÂNCIA SEGURADA R\$ mil |
|--|------------------------------|
| Básica: Incêndio, queda de raio dentro da área do terreno ou edifício onde estiverem localizados os bens segurados, explosão de gás, ou explosão de qualquer aparelhos, substância ou produtos. | 113.663 |
| Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, queda de aeronaves ou quaisquer outros engenhos. | 1.478 |
| Danos elétricos | 1.137 |
| Roubo/Furto de bens | 114 |
| Roubo/Furto de valores em mãos | 10 |
| Roubo/Furto de valores interior estabelecimento | 10 |
| Fidelidade | 5 |
| Resp. Civil Operações | 114 |
| Total da Importância Segurada | 116.531 |

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Conselheiros, Acionistas e Diretores da
IMPrensa Oficial DO ESTADO S.A. - IMESP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **IMPrensa Oficial DO ESTADO S.A. - IMESP** ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **IMPrensa Oficial DO ESTADO S.A. - IMESP**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

OUTROS ASSUNTOS

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se

causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2019.



CONTROL AUDITORIA E CONTABILIDADE EPP

CRC 2SP 023880/O-7

ROBERTO ARAÚJO DE SOUZA

CTCRC1SP242826/O-3

Sócio Responsável

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **IMPrensa Oficial DO ESTADO S.A. - IMESP**, representado pelos seus membros que este subscrevem, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, compreendendo o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado e das Mutações do Patrimônio Líquido, complementadas pelas notas explicativas e fundamentado nas verificações realizadas nos balancetes mensais, nas informações colhidas e nos esclarecimentos prestados pelos órgãos da administração da empresa, no decorrer do exercício e com base no Parecer dos Auditores Independentes, datado de 08 de fevereiro de 2019, é de parecer que as mencionadas Demonstrações Financeiras estão em condições de serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2019.

JOSÉ ALEXANDRE PEREIRA DE ARAÚJO

ANDRÉA GUEDES SOARES

CLAUDIA MARIA SCIUMBATA MOREIRA

MAXWELL BORGES DE MOURA VIEIRA

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA – EXERCÍCIO SOCIAL DE 2018

1. Do Comitê de Auditoria, suas atribuições e responsabilidades.

O Comitê de Auditoria Estatutário – CAE da **IMESP** é um órgão de funcionamento permanente que visa assessorar o Conselho de Administração com independência em relação à Diretoria-Executiva e demais profissionais da Companhia. Nos termos da versão vigente do Regimento Interno do Comitê, aprovada em 28 de setembro de 2018, o Comitê é composto por 04 (quatro) membros, sendo que um deles, como Conselheiro de Administração Independente e coordenador do Comitê.

De acordo com o estabelecido no artigo 27 do Estatuto Social da Companhia, compete ao Comitê: (I) referendar a escolha do responsável pela auditoria interna, propor sua destituição ao Conselho de Administração e supervisionar a execução dos respectivos trabalhos; (II) analisar as demonstrações financeiras; (III) promover a supervisão e a responsabilização da área financeira; (IV) garantir que a Diretoria desenvolva controles internos efetivos; (V) garantir que a auditoria interna desempenhe a contento o seu papel e que os auditores independentes

avaliem, por meio de sua própria revisão, as práticas da Diretoria e da auditoria interna (VI) zelar pelo cumprimento do Código de Conduta e integridade da empresa; (VII) avaliar a aderência das práticas empresariais ao Código de Conduta e Integridade, incluindo o comprometimento dos Administradores com a difusão da cultura de integridade e a valorização do comportamento ético; (VIII) monitorar os procedimentos apuratórios de infração ao Código de Conduta e Integridade, bem como os eventos registrados no Canal de Denúncias. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações prestadas pela Administração, auditoria interna, auditores independentes, responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos da Companhia, bem como nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. O Comitê reúne-se mensalmente (de uma a duas vezes/mês) em sessões ordinárias. No exercício de 2018, o Comitê realizou 5 (cinco) sessões ordinárias, reunindo-se com a auditoria interna, auditores independentes e a área de controles internos, além de diretores e executivos de outras áreas da Companhia. A cada reunião do Conselho de Administração da Companhia são relatadas as principais atividades desenvolvidas pelo Comitê no respectivo mês. Dentre as atividades realizadas, cabe destacar a abordagem dos seguintes temas: (I) discussão das e Demonstrações Financeiras referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2018; (II) conhecimento e discussão do Relatório de Auditoria Independente – CONTROL Auditoria e Contabilidade EPP, referente ao período findo em 31 de dezembro de 2018; bem como das revisões das Informações Trimestrais de 2018 referente às demonstrações financeiras do terceiro e quarto trimestres de 2018; (III) os cenários de cobertura dos riscos e propostas de trabalho 2019 da Auditoria Interna; (IV) a discussão e acompanhamento dos resultados dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna da Companhia durante o ano e seus indicadores, conforme plano aprovado pelo Comitê, bem como o sistemático acompanhamento do status das ações corretivas; (V) o acompanhamento dos resultados dos *follow ups* dos trabalhos da Auditoria Interna; (VI) o acompanhamento do reporte das denúncias recebidas através do Canal de Denúncias, bem como *status* dos respectivos processos de apuração; (VII) o acompanhamento de ofícios de órgãos reguladores recebidos pela Companhia e das respostas apresentadas; (VIII) o acompanhamento do *status* do trabalho de reconciliação de contas transitórias da Companhia; (IX) análise do contrato da auditoria externa; (X) acompanhamento das movimentações das contingências e provisões; (XI) discussão do Relatório de recomendações dos auditores independentes sobre o sistema de controles internos e dos eventuais planos de ação para resolução das questões apontadas; (XII) o reporte trimestral das ações relacionadas à gestão integrada de riscos.

Demonstrações Contábeis de 2018.

Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê, realizaram o exame e análise das demonstrações contábeis, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do Relatório Anual da Administração relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela CONTROL Auditoria e Contabilidade EPP, bem como pelas atividades desempenhadas e acompanhadas pelo Comitê durante o exercício de 2018.

Considerando as análises, estudos e debates realizados durante as reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo Comitê, os membros do CAE julgam que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas à 31/12/2018, recomendando a sua aprovação ao Conselho de Administração.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2019.

MARCELO DINIZ DE PAULA ROCHA

CARMEM DE FARIA GRANJA

LEVINO FERNANDO VASCONCELOS RIBEIRO

RONALDO SCHILDBERG

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da **IMPrensa Oficial DO ESTADO S.A. - IMESP**, representado pelos seus membros que este subscrevem, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, compreendendo o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado e das Mutações do Patrimônio Líquido, complementadas pelas notas explicativas e fundamentado nas verificações realizadas nos balancetes mensais, nas informações colhidas e nos esclarecimentos prestados pelos órgãos da administração da empresa, no decorrer do exercício e com base no Parecer dos Auditores Independentes, datado de 08 de fevereiro de 2019, é de parecer que as mencionadas Demonstrações Financeiras estão em condições de serem submetidas à apreciação da Assembleia Geral dos Acionistas.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2019.

FERNANDO LUIZ RAMOS POMPEIA

JOÃO GERMANO BOTTCHER FILHO

MARCELO DINIZ DE PAULA ROCHA

NOURIVAL PANTANO JUNIOR

ROSANA ULIANO GUIMARÃES

IMPrensa Oficial DO ESTADO S.A. - IMESP
CNPJ 48.066.047/0001-84

NOURIVAL PANTANO JUNIOR

Diretor Presidente

JORGE ÁGUEDO DE JESUS PERES DE OLIVEIRA FILHO

Diretor Vice-Presidente

IZABEL CAMARGO LOPES MONTEIRO

Diretora Administrativa e Financeira

DOMINGOS SÁVIO DE LIMA

Diretor Industrial

FUAD MIGUEL PACHÁ NETO

Diretor de Gestão de Negócios

CARLOS ALBERTO FACHINI

Gerente Financeiro

AIRTON CORREIA DE ANDRADE

Contador - CRC 1SP 200808/O-1